



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário - Área Serviços Gerais
Especialidade Apoio



Prova Cargo U19, Tipo 1
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3h30min para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Setembro/2004
010103

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 8 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Durante os debates da Constituinte de 1988, a maioria dos parlamentares se recusava a admitir para as Forças Armadas um papel que fosse além da defesa da pátria e da garantia dos poderes constitucionais. Mais de 20 anos de regime militar haviam deixado nos constituintes não a marca do revanchismo, mas a certeza de que o papel constitucional das Forças Armadas deveria ser limitado, não oferecendo a Carta que então se redigia brecha alguma que permitisse a intervenção dos militares na política. Só a contragosto a maioria dos constituintes se deixou persuadir de que haveria situações em que os militares seriam forçosamente chamados a intervir para suprir as deficiências dos órgãos civis do Estado. Finalmente, quando alguém lembrou que os militares - por falta de outra força organizada nacionalmente - teriam de ser convocados pelo Superior Tribunal Eleitoral para garantir eleições em municípios onde fosse iminente ou declarada a perturbação da ordem, causada pelo pleito, a maioria concordou em explicitar na Constituição que “a garantia da lei e da ordem”, a pedido de um dos poderes constitucionais é, também, missão das Forças Armadas.

Mas o texto constitucional foi redigido de forma tal que permite interpretações divergentes, no que diz respeito à segurança pública. Há quem sustente que as Forças Armadas podem em tudo e por tudo substituir a polícia, quando esta se revela incapaz de controlar uma situação crítica. Mas há ponderáveis correntes que afirmam que as Forças Armadas não podem fazê-lo, admitindo apenas que, em circunstâncias excepcionais, os militares façam policiamento ostensivo e preventivo. Assim têm entendido os chefes militares, desde o início da vigência da Constituição de 1988, argumentando que, ademais, a tropa não é preparada para exercer funções de polícia.

Discute-se o papel das Forças Armadas, mas não se discute a necessidade da existência de uma força federal capaz de acudir as emergências que colocam a segurança pública em grave risco, nos Estados. A solução para esse problema parece estar a caminho. O Senado aprovou projeto de lei complementar que trata das atribuições subsidiárias das Forças Armadas. Esse projeto dá respaldo jurídico à atuação de militares em operações de apoio à manutenção da segurança pública. Passo mais decisivo foi dado pelo Ministro da Justiça, que acertou os detalhes para a criação da Força Nacional de Segurança Pública. Será, inicialmente, uma força tática, uniformizada e armada, composta por 1,5 mil policiais escolhidos entre as unidades de elite da Polícia Federal e das polícias estaduais. Receberá, em Brasília, um treinamento intensivo que lhe permita apoiar os Estados em situações de emergência. Subordinada ao Ministério da Justiça, essa força deverá ter um efetivo final de 3,5 mil homens, com experiência em operações de risco em cidades e favelas. Treinada e equipada adequadamente, poderá cumprir com eficiência as missões que até agora têm sido atribuídas às Forças Armadas – que nem são treinadas para isso, nem têm poder de polícia.

(Adaptado de **O Estado de S. Paulo**, 27 de junho de 2004, A3)

1. A idéia central do texto encontra-se na seguinte frase:
 - (A) As Forças Armadas devem ser equipadas e treinadas adequadamente, para que tenham poder de polícia nas intervenções nos Estados.
 - (B) É imperiosa uma alteração nos termos da Constituição Federal para ampliar o poder de polícia e de atuação das Forças Armadas.
 - (C) É inconcebível a intervenção de forças federais nos Estados, mesmo em situações de emergência em relação à segurança pública.
 - (D) Torna-se necessária a criação de uma força federal que possa garantir a segurança pública em situações de risco nos Estados.
 - (E) O policiamento ostensivo e preventivo, em qualquer região do país, só deve e pode ser feito pelas Forças Armadas, de acordo com a Constituição.

2. *Assim têm entendido os chefes militares...* (final do 2º parágrafo)

O contexto permite afirmar que os chefes militares

 - (A) defendem a presença e a intervenção das Forças Armadas em todos os Estados onde haja perturbação da ordem pública.
 - (B) admitem apenas a presença ostensiva e preventiva das Forças Armadas, nos Estados, caso haja ameaça à ordem pública.
 - (C) tentam ampliar o âmbito de competências das Forças Armadas, conferindo-lhes poder de polícia, com atuação em todos os Estados.
 - (D) aceitam alterar o papel determinado pela Constituição às Forças Armadas, em razão das deficiências dos órgãos civis dos Estados.
 - (E) deixam de lado as possíveis divergências causadas pelo texto constitucional, dada a impossibilidade de controle das situações críticas.

3. *... não oferecendo a Carta que então se redigia brecha alguma que permitisse a intervenção dos militares na política.* (meio do 1º parágrafo)

A mesma idéia, exposta em outras palavras, está na frase:

 - (A) A Carta que estava sendo redigida não permitia, em nenhuma hipótese, a intervenção dos militares na política.
 - (B) Não se deveria redigir uma Carta que não permitisse, de forma nenhuma, a intervenção dos militares na política.
 - (C) A Carta que redigiam naquele momento permitia aos próprios militares sua intervenção na política.
 - (D) A Carta que então era redigida deveria apresentar a possibilidade de intervenção militar na política.
 - (E) Somente uma possibilidade seria permitida na Carta que era redigida, a da intervenção dos militares na política.

4. *– por falta de outra força organizada nacionalmente –* (meio do 1º parágrafo)

O segmento isolado pelos travessões denota, considerando-se o contexto,

 - (A) comparação.
 - (B) condição.
 - (C) causa.
 - (D) finalidade.
 - (E) proporcionalidade.

5. ... que afirmam que as Forças Armadas não podem fazer-l~~o~~... (meio do 2º parágrafo)

A forma pronominal grifada acima está empregada, considerando-se o contexto, no lugar de

- (A) defender a Pátria e os poderes constitucionais.
- (B) controlar uma situação crítica.
- (C) fazer policiamento ostensivo e preventivo.
- (D) garantir a lei e a ordem das eleições.
- (E) em tudo e por tudo substituir a polícia.

6. ... a maioria concordou em explicitar na Constituição que "a garantia da lei e da ordem" a pedido de um dos poderes constitucionais é... (final do 1º parágrafo)

O emprego das aspas na expressão transcrita acima indica

- (A) intenção irônica embutida no comentário do autor do texto.
- (B) reprodução exata dos termos constantes da Constituição brasileira.
- (C) uso de expressão fora de contexto, num mesmo parágrafo.
- (D) pausa maior, necessária dentro de um período bastante longo.
- (E) conclusão coerente das idéias apresentadas anteriormente.

7. ... para suprir as deficiências dos órgãos civis do Estado. (meio do 1º parágrafo)

O mesmo tipo de complemento exigido pelo verbo grifado acima está na frase :

- (A) *Será, inicialmente, uma força tática, uniformizada e armada...*
- (B) *... quando esta se revela incapaz...*
- (C) *Discute-se o papel das Forças Armadas...*
- (D) *A solução para esse problema parece estar a caminho.*
- (E) *... que permite interpretações divergentes...*

8. A única alternativa INCORRETA a respeito da formação e da representação das palavras do texto apresentadas abaixo é:

- (A) **constituente** e **constitucional** são derivadas por sufixos que originam, respectivamente, substantivo e adjetivo.
- (B) **contragosto** e **incapaz** são formadas com prefixos que indicam oposição, idéia contrária.
- (C) **iminente** também pode ser grafada **eminente**, conservando o mesmo sentido.
- (D) **debates** é exemplo de derivação regressiva, pois é um substantivo formado a partir de um verbo, **debater**.
- (E) **-mente** é um sufixo que forma advérbios em Português como, por exemplo, em **forçosamente** e **finalmente**.

Atenção: As questões de números 9 a 13 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Há muito se sabe que é um equívoco creditar ao simples aumento da fecundidade o crescimento da pobreza e da desigualdade. Fosse assim, o contrário também deveria ser verdadeiro : o fato de o Brasil ter atingido uma média geral de nascimentos quase idêntica à dos Estados Unidos (2,0 filhos por mulher) levaria por si só a que, num futuro próximo, sua economia se tornasse tão reluzente quanto a de um país desenvolvido.

Os números comprovam, porém, que existe um vínculo estreito entre o crescimento populacional e o desenvolvimento de uma economia. As mais pobres regiões brasileiras são as que têm as mais altas taxas de fecundidade. Nas mais ricas, é o oposto. O mesmo ocorre no âmbito das famílias: em lares onde a renda "per capita" não supera um quarto do salário mínimo, há em média cinco filhos, segundo o IBGE. Quando essa renda ultrapassa cinco salários mínimos, predomina o filho único.

O alto número de filhos seria a razão da pobreza ou sua conseqüência ? As duas coisas, respondem especialistas. Com muitos filhos, uma família com renda já escassa fica com o orçamento ainda mais espremido. As crianças são forçadas a largar os estudos para trabalhar e, assim, diminuem suas possibilidades de superar a condição de pobreza. Sabe-se também que mulheres que não tiveram acesso ao estudo têm até três vezes mais filhos do que as que cursaram a universidade. "As altas taxas de fecundidade funcionam como uma espécie de combustível que faz girar um ciclo perverso de miséria", observa o economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas.

(Adaptado de Monica Weinberg, **Veja**, 9 de junho de 2004, p. 84)

9. Conclui-se corretamente do texto que

- (A) o controle das taxas de natalidade é importante para a redução da desigualdade social no Brasil.
- (B) o aumento do número de filhos é fator que vem favorecer o padrão econômico da família.
- (C) as regiões brasileiras mais ricas são as que também apresentam as mais altas taxas de natalidade.
- (D) os padrões norte-americanos não devem ser utilizados como modelos para o Brasil, pois refletem diferentes realidades.
- (E) o país mais rico é aquele que mantém altos índices de população, garantindo, dessa forma, maior renda "per capita".

10. É correto inferir do texto que
- (A) a economia brasileira passou a equivaler à dos países desenvolvidos a partir do efetivo controle das taxas de natalidade.
 - (B) a educação é fator decisivo no planejamento do número de filhos e, conseqüentemente, na melhoria da renda familiar.
 - (C) aumentar a renda dos habitantes das regiões mais pobres resolveria, de imediato e por si só, todos os problemas da desigualdade social no país.
 - (D) é impossível combater a desigualdade social no país, devido ao enorme número de habitantes em todas as regiões brasileiras.
 - (E) as altas taxas de fecundidade no Brasil baseiam-se na idéia equivocada de que maior número de filhos representa mais riqueza às famílias.

11. Os números comprovam, porém, que existe um vínculo estreito... (início do 2º parágrafo)
- O “vínculo estreito” referido acima exemplifica, no texto, uma relação de
- (A) situação presente e sua projeção num futuro próximo.
 - (B) hipótese futura e conclusão coerente.
 - (C) proporcionalidade entre duas situações semelhantes.
 - (D) causa e conseqüência, num círculo contínuo.
 - (E) condição de uma situação possível e realidade presente.

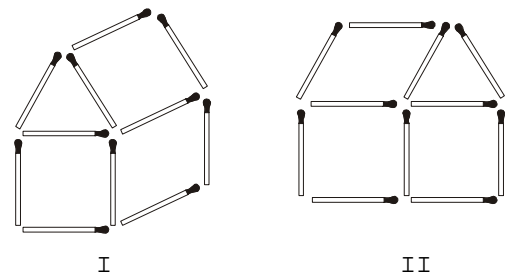
12. ... têm até três vezes mais filhos do que as que cursaram.... (meio do 3º parágrafo)
- O emprego do pronome grifado acima permite inferir corretamente, considerando-se o contexto, a expressão:
- (A) as famílias com renda escassa.
 - (B) as altas taxas de fecundidade.
 - (C) as mulheres que abandonam os estudos.
 - (D) as crianças que não trabalham.
 - (E) as mulheres mais instruídas.

13. ... levaria por si só a que, num futuro próximo, sua economia se tornasse tão reluzente... (final do 1º parágrafo)
- Considere o emprego das formas verbais grifadas na frase acima. A mesma relação entre elas está também correta em
- (A) levava - se torna
 - (B) leva - se torne
 - (C) levou - se tornou
 - (D) levará - se tornava
 - (E) tinha levado - ter-se-á tornado

14. A concordância respeita a norma culta na frase:
- (A) Torna-se necessária e imediata a adoção de medidas que possam reduzir o número de filhos por mulher brasileira.
 - (B) Com a explosão indiscriminada do número de habitantes, a violência nas cidades brasileiras aumentaram bastante.
 - (C) As altas taxas de fecundidade, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, já começou a ser oficialmente controlada.
 - (D) O aumento dos índices de fecundidade podem ampliar as dificuldades econômicas de boa parte da população.
 - (E) Por várias razões, estão havendo resultados insatisfatórios em programas que se destina ao planejamento familiar.

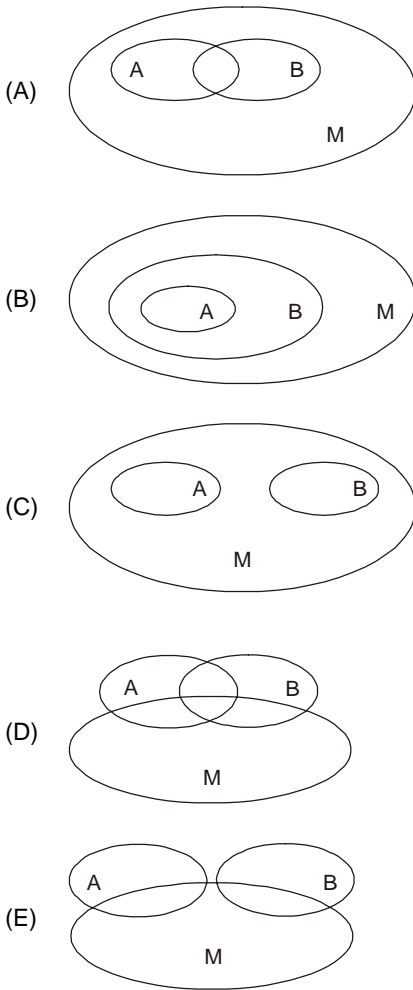
15. Há palavras escritas de modo INCORRETO na frase:
- (A) Muitos programas de planejamento familiar fracassaram ao esbarrar em preconceitos e em certos aspectos culturais existentes na população.
 - (B) O intenso processo de urbanização originou insegurança para a população, apesar de facilitar o acesso a inúmeros benefícios.
 - (C) O contingente populacional excessivo em algumas regiões do país favorece a disseminação da pobreza e da miséria.
 - (D) Especialistas exitam em definir as causas maiores da pobreza, embora pesquisas privilegiem o número de filhos como uma de suas causas.
 - (E) Constitui um desafio para as autoridades a transmissão de informações que visam ao planejamento familiar, para a população inculta.

16. Movendo alguns palitos de fósforo da figura I, é possível transformá-la na figura II:



- O menor número de palitos de fósforo que deve ser movido para fazer tal transformação é
- (A) 3
 - (B) 4
 - (C) 5
 - (D) 6
 - (E) 7

17. Denota-se respectivamente por A e B os conjuntos de todos atletas da delegação olímpica argentina e brasileira em Atenas, e por M o conjunto de todos os atletas que irão ganhar medalhas nessas Olimpíadas. O diagrama mais adequado para representar possibilidades de intersecção entre os três conjuntos é



18. Uma empresa divide-se unicamente nos departamentos A e B. Sabe-se que 19 funcionários trabalham em A, 13 trabalham em B e existem 4 funcionários que trabalham em ambos os departamentos. O total de trabalhadores dessa empresa é

- (A) 36
- (B) 32
- (C) 30
- (D) 28
- (E) 24

19. Em um trecho da letra da música Sampa, Caetano Veloso se refere à cidade de São Paulo dizendo que ela é o *avesso, do avesso, do avesso, do avesso*. Admitindo que uma cidade represente algo bom, e que o seu avesso represente algo ruim, do ponto de vista lógico, o trecho da música de Caetano Veloso afirma que São Paulo é uma cidade

- (A) equivalente a seu avesso.
- (B) similar a seu avesso.
- (C) ruim e boa.
- (D) ruim.
- (E) boa.

20. Em um dia de trabalho, certo funcionário de um fórum arquivou 31 processos trabalhistas, 35 processos criminais e alguns processos cíveis. Sabe-se que o serviço completo foi realizado de acordo com o seguinte cronograma:

Horário	Processos arquivados
8h as 10h	18 trabalhistas e 11 criminais
10h as 12h	8 trabalhistas, 4 criminais e 10 cíveis
13h as 17h	16 cíveis, X trabalhistas e Y criminais

Em relação aos processos arquivados pelo funcionário nesse dia, é correto afirmar que

- (A) o total de cíveis é maior que o total de trabalhistas.
- (B) o total de cíveis é maior do que X + Y.
- (C) o total de cíveis é menor que X.
- (D) o total de cíveis é menor que Y.
- (E) X é maior que Y.

21. Leia atentamente as proposições P e Q:

P: o computador é uma máquina.

Q: compete ao cargo de técnico judiciário a construção de computadores.

Em relação às duas proposições, é correto afirmar que

- (A) a proposição composta "P ou Q" é verdadeira.
- (B) a proposição composta "P e Q" é verdadeira.
- (C) a negação de P é equivalente à negação de Q.
- (D) P é equivalente a Q.
- (E) P implica Q.

22. Leia atentamente as proposições simples P e Q:

P: João foi aprovado no concurso do Tribunal.

Q: João foi aprovado em um concurso.

Do ponto de vista lógico, uma proposição condicional correta em relação a P e Q é:

- (A) Se não Q, então P.
- (B) Se não P, então não Q.
- (C) Se P, então Q.
- (D) Se Q, então P.
- (E) Se P, então não Q.

23. O resultado de uma pesquisa com os funcionários de uma empresa sobre a disponibilidade para um dia de jornada extra no sábado e/ou no domingo, é mostrado na tabela abaixo:

Disponibilidade	Número de funcionários
apenas no sábado	25
no sábado	32
no domingo	37

Dentre os funcionários pesquisados, o total que manifestou disponibilidade para a jornada extra "apenas no domingo" é igual a

- (A) 7
- (B) 14
- (C) 27
- (D) 30
- (E) 37

24. Após zerar e acionar um cronômetro que marca minutos e segundos, João inicia a subida de um morro, que é concluída quando o cronômetro marca 36 minutos e 15 segundos. No início do percurso de descida, realizado pela mesma trilha da subida, João também zera e aciona o cronômetro. Ao final da descida, João nota que, curiosamente, o cronômetro marcou novamente 36 minutos e 15 segundos.

Apenas com base nessas informações, é correto afirmar que

- (A) em algum ponto da trilha, o cronômetro de João acusou exatamente a mesma marcação de tempo na subida e na descida.
- (B) em algum ponto da descida João parou para descansar.
- (C) João não parou para descansar ao longo da subida e da descida.
- (D) João fez o trajeto todo em um tempo superior a 1 hora e $\frac{1}{4}$ de hora.
- (E) a trilha percorrida por João é pouco íngreme.

25. Em uma urna contendo 2 bolas brancas, 1 bola preta, 3 bolas cinzas, acrescenta-se 1 bola, que pode ser branca, preta ou cinza. Em seguida, retira-se dessa urna, sem reposição, um total de 5 bolas. Sabe-se que apenas 2 das bolas retiradas eram brancas e que não restaram bolas pretas na urna após a retirada. Em relação às bolas que restaram na urna, é correto afirmar que

- (A) ao menos uma é branca.
- (B) necessariamente uma é branca.
- (C) ao menos uma é cinza.
- (D) exatamente uma é cinza.
- (E) todas são cinzas.

26. Durante a edição de um texto elaborado no *Microsoft Word 97*, o profissional pressiona a tecla de função F7. Ao fazer isto ele pretende

- (A) salvar o documento com outro nome.
- (B) configurar a página.
- (C) verificar a ortografia e a gramática do documento.
- (D) exibir cabeçalho e rodapé.
- (E) formatar parágrafo.

27. Utilizando-se do sistema operacional *Windows 2000*, versão em português, um analista abre, no *Windows Explorer*, a seguinte janela de "Opções de pasta":



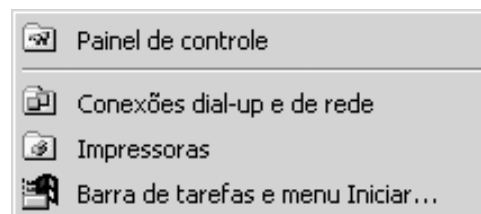
Essa ação pode ser feita mediante a escolha do menu

- (A) Exibir.
- (B) Ferramentas.
- (C) Favoritos.
- (D) Inserir.
- (E) Editar.

28. Em uma página aberta no *Internet Explorer*, após "clique" com o mouse dentro da página, o profissional pressiona uma combinação de teclas ctrl+f. Com esta operação ele pretende

- (A) fazer a correção ortográfica no texto da página presente.
- (B) abrir o menu de opções da Internet.
- (C) exibir a barra de ferramentas.
- (D) exibir codificação Europeu ocidental (*Windows*).
- (E) localizar uma palavra ou um texto na página presente.

29. Observe a seguinte janela de opções:

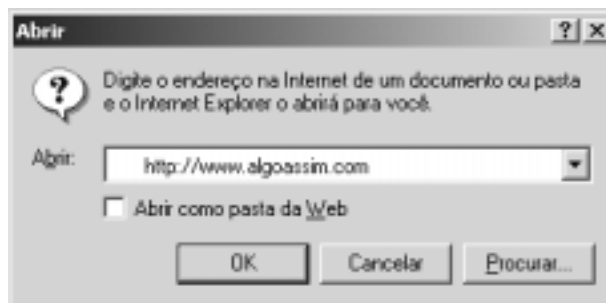


No *Windows 2000*, mediante o acionamento do botão "Iniciar" na barra de tarefas, aparecem diversas opções, tais como "Desligar" e "Programas", entre outras.

Essa janela fica disponível ao ser acionada a opção

- (A) Definir acessos e padrões de programas.
- (B) Executar.
- (C) Pesquisar.
- (D) Configurações.
- (E) *Windows update*.

30. No *Internet Explorer*, o URL - *Uniform Resource Locator* (ex. <http://www.algoassim.com>) do site que se deseja acessar pode ser escrito no campo endereço ou, alternativamente, na janela a seguir:



que é disponibilizada pelo acionamento da opção "Abrir" no menu

- (A) Arquivo.
- (B) Editar.
- (C) Exibir.
- (D) Ferramentas.
- (E) Favoritos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE ERGONOMIA APLICADA AO TRABALHO

31. Quanto aos equipamentos utilizados no processamento eletrônico de dados com terminais de vídeo, deve-se observar que

- (A) o posicionamento correto é em superfície de trabalho, com altura fixa.
- (B) o documento deve possibilitar fácil legibilidade, sempre que possível, podendo ser utilizado papel brilhante, ou de qualquer outro tipo.
- (C) a tela, o teclado e o suporte para documentos devem ser colocados de maneira que as distâncias olho-tela, olho-teclado e olho-documento tenham o dobro da distância entre si.
- (D) o teclado deve ser independente e ter mobilidade, permitindo ao trabalhador ajustá-lo, de acordo com as tarefas a serem executadas.
- (E) a tela do equipamento deve ser fixa, limitando os reflexos da iluminação ambiente, proporcionando corretos ângulos de visibilidade ao trabalhador.

32. No levantamento manual de cargas, entre o primeiro movimento (levantar) e o último (abaixar), podem ocorrer muitos acidentes. Para minimizar esse risco, deve-se adotar, corretamente, a técnica de

- (A) manter as costas bem arqueadas.
- (B) ficar de cócoras ao abaixar.
- (C) manter os pés juntos à carga e dobrar as pernas, nos joelhos, em 90°, mantendo a coluna ereta.
- (D) manter as pernas em posição rígida, para possibilitar o equilíbrio da coluna.
- (E) concentrar o esforço nos braços e na coluna, para obter uma alavanca perfeita.

33. A NR-17 contempla fatores ambientais, como temperatura, ruído, iluminação, umidade relativa e velocidade do ar. De acordo com a NR-17, é INCORRETO afirmar que

- (A) as condições ambientais adequadas estão ligadas às questões de conforto dos trabalhadores e ao desempenho.
- (B) os problemas de iluminação podem acarretar em condições inseguras, no caso de movimentação de cargas, bem como dificultar atividades que exigem precisão.
- (C) os ruídos são indesejáveis à concentração e à comunicação.
- (D) quanto maior a velocidade do ar melhor, pois permite renovação do ar interior.
- (E) projetos de escritórios e fábricas devem considerar aspectos ambientais, incluindo questões de insolação e iluminação natural, na concepção de janelas e aberturas.

34. Segundo a NR-17, em atividades de digitação, é correto afirmar que

- (A) o digitador deve retomar o mesmo índice de produção, ao retornar de afastamento por período superior a 15 dias.
- (B) o número de toques e o movimento de pressão sobre o teclado não deverão superar 9.000 toques por hora.
- (C) deve haver uma pausa de 10 minutos para cada 50 minutos trabalhados, bem como o período trabalhado não deve exceder a cinco horas diárias.
- (D) deve haver um sistema de avaliação em relação ao número de toques/minuto trabalhado, para efeito de remuneração.
- (E) a jornada de trabalho do digitador deve ser de no máximo 6 horas e as outras 2 horas em atividades que não incluam o uso de computador.

35. Os seres humanos apresentam diferentes biotipos e, sendo assim, a ergonomia estabelece algumas premissas básicas. Considerando as questões ergonômicas, é INCORRETO afirmar que

- (A) comparações e competições no trabalho são desejáveis, pois proporcionam condições para o desenvolvimento pessoal.
- (B) mobiliários com dispositivos de ajustes são imprescindíveis.
- (C) as normas de produção não devem ser rígidas.
- (D) deve-se considerar as características psicofisiológicas na organização do trabalho.
- (E) uma solução ergonômica, dada uma determinada situação de trabalho, não é necessariamente válida para outra situação, com outro trabalhador.

36. Manoel, Técnico Judiciário – Área Serviços Gerais – Especialidade Apoio do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, é designado para levar e organizar diversos documentos no arquivo. Manoel tem ciência de que, para o manuseio de cargas, deve DESCONSIDERAR que:

- (A) dependendo da postura, o manejo de cargas leves, também pode implicar riscos à coluna vertebral.
- (B) é viável, se possível, dividir a carga, e realizar maior número de viagens.
- (C) é aconselhável, sempre que possível, utilizar aparelho mecânico para o transporte.
- (D) é importante levar em conta a qualidade da “pega” ao definir o peso a ser transportado.
- (E) as cargas mais pesadas devem ser organizadas em prateleiras que estejam acima da altura média dos ombros, visando facilitar a retirada da carga.

37. João está em período de experiência no trabalho, no cargo de Técnico Judiciário – Área Serviços Gerais – Especialidade Apoio do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. É incumbido, pelo chefe imediato, de transportar um equipamento frágil, demasiadamente pesado, e sozinho não consegue levantá-lo. João deve

- (A) deixar o equipamento onde está e solicitar a outro companheiro mais forte que execute a tarefa.
- (B) informar o caso à Supervisão, para, juntos, analisarem o modo mais seguro de executar o trabalho.
- (C) analisar o volume, o caminho a ser percorrido e providenciar uma corda para amarrar o equipamento.
- (D) colocar o equipamento em um carrinho de mão e transportá-lo, pois está em período de experiência e isso pode ser entendido por sua chefia como sinal de fraqueza física.
- (E) verificar se o objeto possui arestas cortantes, o caminho a ser percorrido e improvisar o transporte com uma cadeira de rodinhas.

38. O mapa de risco de um escritório apresenta diversos riscos. Nesse caso, são considerados riscos ergonômico e mecânico, respectivamente:

- (A) mobiliário inadequado e queda de documentos.
- (B) movimentos repetitivos e ruído excessivo.
- (C) choques elétricos e temperatura efetiva baixa.
- (D) incêndio e presença de bactérias.
- (E) presença de fungos e prazos rígidos.

39. Segundo a NR-17, modo operatório, ritmo de trabalho, conteúdo das tarefas e exigência de tempo são considerações apontadas

- (A) na Antropometria.
- (B) na Biomecânica.
- (C) na Higiene Ocupacional.
- (D) nos Riscos Químicos.
- (E) na Organização do Trabalho.

40. Maria trabalha há seis meses em atividades administrativas e outras auxiliares, como movimentação de caixas e arquivos. A execução das atividades diárias exige força e repetitividade, especialmente dos membros superiores. Sua jornada de trabalho é de segunda a sexta-feira, 8 (oito) horas diárias, com 1 (uma) hora para almoço. Aproximadamente há 20 dias começou a sentir dores no pulso e nos dedos. A descrição dos sintomas sugere que é um caso de provável

- (A) assistência médica inadequada.
- (B) doença do trabalho por lesão osteomuscular (DORT).
- (C) incompatibilidade do biotipo da funcionária com o trabalho.
- (D) fadiga originada fora do local de trabalho.
- (E) exposição excessiva a agente físico (ruído) no ambiente de trabalho.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

41. No que se refere ao funcionamento da Justiça do Trabalho, é certo que

- (A) a jurisdição será exercida, nas Juntas de Conciliação e Julgamento, privativamente pelo Juiz de Direito, Presidente do Setor.
- (B) uma de suas competências é a de julgar dissídios individuais entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo.
- (C) as partes, na hipótese de frustração da negociação coletiva, deverão recorrer aos Tribunais Superiores, vedada a eleição de árbitros e Juizados Especiais.
- (D) se encontra, dentre suas competências, a de julgar controvérsias de qualquer natureza e litígios que tenham origem no cumprimento das sentenças.
- (E) poderá executar, desde que a pedido, as contribuições sociais e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças de primeiro e segundo graus.

42. Os empregados de vários condomínios residenciais e seus empregadores, juntamente com os sindicatos dessas categorias, cogitaram em negociação coletiva a respeito de direitos trabalhistas. Entretanto, as partes recusaram-se à referida negociação. Nesse caso, os respectivos sindicatos

- (A) não mais poderão ajuizar dissídios na Justiça do Trabalho, devendo o conflito ser julgado pela Justiça Estadual.
- (B) devem ajuizar o dissídio coletivo e a Justiça do Trabalho poderá impor qualquer norma ou condição.
- (C) podem ajuizar dissídio individual, sendo vedado à Justiça do Trabalho estabelecer normas e condições.
- (D) devem ajuizar dissídio individual, devendo a Justiça do Trabalho encaminhá-lo aos Juízes Federais para julgamento.
- (E) podem ajuizar dissídio coletivo, podendo a Justiça do Trabalho, de regra, estabelecer normas e condições.

43. Carlos Augusto, servidor estável, foi demitido do cargo por ato que não mencionou o fundamento legal nem a causa da sanção disciplinar. Diante de tal fato, Carlos poderá pleitear à Administração Pública a

- (A) reintegração ao cargo anteriormente ocupado, com ressarcimento de todas as vantagens.
- (B) readaptação ao cargo anteriormente ocupado, sem direito ao ressarcimento de qualquer vantagem.
- (C) recondução a qualquer cargo existente na Administração Pública.
- (D) reversão ao cargo anteriormente ocupado, sem direito ao ressarcimento de qualquer vantagem.
- (E) readmissão ao cargo anteriormente ocupado, sem direito ao ressarcimento de qualquer vantagem.

<p>44. Com o objetivo de resolver problemas particulares, Maria Augusta, sem prévia autorização de seu superior hierárquico, ausentou-se do serviço durante o expediente, razão pela qual sofreu pena de advertência. Posteriormente, por desídia, reincidiu na falta funcional acima mencionada. Em virtude de referidos fatos, deverá ser aplicada à servidora a pena disciplinar de</p> <p>(A) cassação das gratificações.</p> <p>(B) nova advertência.</p> <p>(C) demissão.</p> <p>(D) suspensão.</p> <p>(E) readaptação.</p>	<p>47. Os candidatos que forem aprovados no concurso público que está sendo realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região deverão apresentar,</p> <p>(A) na data da entrada em exercício, cópias das declarações de imposto de renda dos últimos 5 (cinco) anos, inclusive os isentos, acompanhadas de declaração para a hipótese de exercer outro cargo público.</p> <p>(B) no ato da posse, declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.</p> <p>(C) no prazo de até 15 (quinze) dias após a posse, declaração de bens e valores pertencentes ao servidor, seus ascendentes e descendentes até o segundo grau, e declaração de que não exerce outro cargo público.</p> <p>(D) até o dia útil imediatamente anterior ao da posse, declaração de bens e valores que integram o seu patrimônio e de seus ascendentes e descendentes até o terceiro grau, acompanhada de declaração de que não exerce outro cargo ou emprego público.</p> <p>(E) até o prazo limite para entrar em exercício, declaração de bens e valores pertencentes ao servidor, seus ascendentes e descendentes até o terceiro grau, e declaração de que não exerce outro cargo ou emprego público.</p>
<p>45. Servidor público federal, por ter causado dolosamente prejuízo ao erário, não possuindo outros bens que assegurem a execução do débito pela via judicial, deverá pagar o correspondente valor no prazo máximo de</p> <p>(A) 30 (trinta) dias, podendo ser parcelado mediante solicitação do interessado, sendo que cada parcela não pode ser inferior ao correspondente a 10% (dez por cento) da remuneração.</p> <p>(B) 30 (trinta) dias, ficando a critério da administração autorizar o parcelamento, sendo que os correspondentes valores deverão corresponder a 20% (vinte por cento) da remuneração.</p> <p>(C) 60 (sessenta) dias, sob pena de ter arrestado o montante correspondente a 50% (cinquenta por cento) da sua remuneração, até integralizar o valor total do débito.</p> <p>(D) 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, a critério da administração, sob pena de seqüestro de até 30% (trinta por cento) da sua remuneração, até a total integralização do débito.</p> <p>(E) 90 (noventa) dias, ou oferecer em caução o montante correspondente a 50% (cinquenta por cento) da sua remuneração, até integralizar a totalidade do débito.</p>	<p>48. Virgílio, vulgo "Animal", praticou vários crimes hediondos contra a vida dos moradores de uma cidade, inclusive contra autoridades judiciárias e legislativas. Nesse caso, NÃO poderá ser aplicada ao criminoso, dentre outras, as penas de</p> <p>(A) reclusão ou de natureza pecuniária.</p> <p>(B) interdição de direitos ou de caráter transitório.</p> <p>(C) prestação social alternativa e de perda de bens.</p> <p>(D) extradição ou de suspensão de direitos.</p> <p>(E) banimento ou de trabalhos forçados.</p>
<p>46. Aprovado em concurso público de provas e títulos para o cargo efetivo de Técnico Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Márcio da Silva tomou posse no dia 03 de maio de 2004, viajando no dia seguinte para o interior de São Paulo com o objetivo de visitar seus parentes, retornando apenas em 25 de maio do mesmo ano, quando então compareceu para iniciar o desempenho de suas atribuições. Diante destes fatos, Márcio deverá ser</p> <p>(A) suspenso.</p> <p>(B) demitido.</p> <p>(C) exonerado de ofício.</p> <p>(D) reintegrado no cargo de Técnico Judiciário.</p> <p>(E) advertido por escrito.</p>	<p>49. A Constituição Federal prevê que a República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, pelo princípio, dentre outros, da</p> <p>(A) desigualdade entre os Estados.</p> <p>(B) intervenção social.</p> <p>(C) vedação de asilo político.</p> <p>(D) autodeterminação dos povos.</p> <p>(E) subordinação federal e estadual.</p> <p>50. É certa a afirmação de que Júlia teve declarada a suspensão de seus direitos políticos sob a justificativa de que ela</p> <p>(A) comportou-se de forma ofensiva ao meio social.</p> <p>(B) estava submetida a processo administrativo disciplinar.</p> <p>(C) praticou ato de improbidade administrativa.</p> <p>(D) era portadora de incapacidade civil de qualquer natureza.</p> <p>(E) sofreu condenação criminal não transitada em julgado.</p>

RELAÇÕES PÚBLICAS

51. Márcia trabalha numa seção de poucos funcionários. Uma colega deverá ausentar-se por dois ou três dias por motivo de doença em família e, com a ciência e autorização da chefia imediata, pede à Márcia que se responsabilize por executar algum serviço urgente que apareça. Márcia deve

- (A) recusar-se terminantemente, para não ter acúmulo de serviço.
- (B) exigir da chefia que outra pessoa se responsabilize pelas tarefas da colega.
- (C) cobrar da colega um percentual do salário para realizar as tarefas.
- (D) organizar-se para suprir a colega, sem deixar de lado o seu próprio trabalho.
- (E) aceitar a incumbência e, depois, não cumpri-la.

52. Uma colega de Roberto, do Tribunal em que trabalha, confidenciou-lhe alguns fatos sigilosos ocorridos em sua seção, que estão sob investigação. Roberto deve

- (A) guardar sigilo sobre as informações obtidas.
- (B) revelar as informações somente aos colegas mais íntimos.
- (C) levar ao conhecimento da chefia de sua colega, tecendo comentários e fornecendo opiniões.
- (D) tecer comentários a respeito com outros colegas somente em situações informais.
- (E) solicitar favores à colega, em troca do sigilo.

53. Júnior trabalha na seção de protocolo e seu chefe o incumbiu de classificar, autuar e numerar vários processos. Júnior deve

- (A) estabelecer suas próprias regras de prioridade no trato com os processos.
- (B) realizar a tarefa, conforme normas do setor, de maneira atenta e organizada.
- (C) aguardar que algum colega se disponha a ajudá-lo na tarefa.
- (D) argumentar com a chefia que é muito trabalho para realizar sozinho.
- (E) distribuir a tarefa aos demais funcionários do setor.

54. Paulo é responsável pela entrega e recebimento de documentos internos de sua repartição. Pela função que exerce, mantém contato com diferentes funcionários. Paulo deve

- (A) evitar atender aos que são seus desafetos.
- (B) estabelecer prioridades, por sua própria conta, ao distribuir os documentos recebidos.
- (C) dar atenção especial somente aos portadores de alguma deficiência física.
- (D) priorizar o atendimento aos funcionários que são seus amigos.
- (E) tratar a todos com igualdade, delicadeza, atenção e urbanidade.

55. Marisa, Técnico Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho, está separando um grande lote de processos que devem ser despachados pelos Juízes e, dentre eles, ao final da listagem, reconhece o de um parente próximo. Marisa deve

- (A) colocar o processo de seu parente em prioridade para ser analisado.
- (B) retirar cópias de páginas importantes do processo, para resguardar os direitos de seu parente.
- (C) proceder ao seu trabalho normalmente, com imparcialidade, segundo as normas instituídas no setor.
- (D) conversar com sua chefia e exigir prioridade para o caso.
- (E) separar o processo para despachá-lo pessoalmente com o Juiz de sua escolha.

56. Marta foi incumbida, pelo chefe imediato, de levar alguns documentos a uma repartição localizada no centro da cidade, devendo, logo após, retornar ao seu local de trabalho. No trajeto, Marta lembra-se da necessidade de comprar várias coisas para sua casa. Marta deve

- (A) realizar a tarefa e voltar ao seu local de trabalho com presteza.
- (B) valer-se da atividade externa para fazer as compras necessárias, entregar os documentos e, sem pressa, retornar ao trabalho.
- (C) realizar a tarefa e, após comprar rapidamente o que precisa, voltar ao trabalho.
- (D) realizar a tarefa rapidamente, fazer as compras necessárias e, ao retornar, justificar a demora, alegando trânsito intenso.
- (E) realizar a tarefa e efetuar as compras, sem retornar ao serviço.

57. Silas, por necessidade de serviço, foi convocado para trabalhar no período da manhã durante 15 dias. No entanto, ele não gosta de acordar cedo. Silas deve

- (A) opor-se à execução da tarefa, sem justificativa.
- (B) esquivar-se da tarefa, alegando problemas de saúde pela manhã.
- (C) induzir a chefia a convocar outra pessoa para a tarefa.
- (D) exercer as atribuições que lhe forem conferidas.
- (E) propor à chefia que lhe dê alguma vantagem pela permuta de horário.

58. Ivone foi incumbida de informar ao público sobre o andamento de processos. Ivone deve prestar as informações

- (A) de quaisquer natureza, ainda que confidenciais, de forma clara e objetiva.
- (B) requeridas pela pessoa, ressalvando-se aquelas protegidas por sigilo.
- (C) sigilosas somente se julgar de real interesse da pessoa.
- (D) ao interessado, solicitando sigilo sobre o que lhe for informado.
- (E) solicitadas, emitindo sempre um parecer avaliativo.

59. Lúcia está providenciando algumas fotocópias de expedientes processuais do Tribunal, quando percebe que um deles, em particular, interessa a uma amiga sua. Ela deve

- (A) confirmar a exatidão da informação com sua chefia antes de comunicá-la à amiga.
- (B) expedir uma cópia em favor da amiga, cobrando-a pela fotocópia.
- (C) comunicar à amiga o conteúdo do documento.
- (D) fazer uma cópia do documento, com a anuência da chefia, e oferecer à amiga, por meio do procedimento da prática de usura.
- (E) proceder normal e rigorosamente ao seu trabalho, segundo as normas instituídas no setor.

60. Cíntia é Técnica Judiciária da Área de Serviços Gerais, Especialidade Apoio, do Tribunal Regional do Trabalho. Sua chefia imediata lhe incumbe de realizar uma tarefa de complexa execução e extrema urgência, envolvendo a operação de equipamento especializado. Cíntia, única técnica treinada a operar o equipamento, deve

- (A) solicitar a uma colega que realize a tarefa, justificando não saber realizá-la.
- (B) agir com desídia no cumprimento da tarefa para atender à Chefia.
- (C) cumprir as ordens recebidas atentamente, zelando pela conservação do equipamento e do material público.
- (D) comunicar seu descontentamento a uma instância superior, com o intuito de livrar-se da tarefa.
- (E) solicitar dispensa médica, alegando mal-estar.